



Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 03/2022

Período: 12/02/2022 - 18/02/2022

GEDES – UNESP/UNIFESP

- 1- General Heleno foi interrogado pela Polícia Federal por receber grupo extremista no Planalto
- 2- Lançado livro sobre músicas censuradas na ditadura militar
- 3- Bolsonaro envolveu cúpula militar em ataques às urnas eletrônicas
- 4- Sargento da Aeronáutica foi condenado por tráfico internacional de drogas
- 5- Comandante da Marinha desistiu de integrar comitiva brasileira para Moscou
- 6- General abriu mão do cargo de diretor-geral do Tribunal Superior Eleitoral
- 7- Atualização do Código Penal Militar foi aprovada na Câmara dos Deputados
- 8- Estado de calamidade pública em Petrópolis levou governo a acionar o Exército
- 9- Ministro da Defesa negou desgaste com a OTAN frente às negociações russas
- 10- TCU apontou fraude em licitações das Forças Armadas para produção de cloroquina

1- General Heleno foi interrogado pela Polícia Federal por receber grupo extremista no Planalto

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, o general da reserva Augusto Heleno Ribeiro Pereira, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República, foi interrogado pela Polícia Federal (PF) e admitiu ter escolhido um oficial militar para manter relações com um grupo extremista acusado de patrocinar atentados contra o Supremo Tribunal Federal (STF). Além disso, na oitiva, Heleno disse que se reuniu com tal grupo no Palácio do Planalto, alegando que tentou dissuadi-los pois “vislumbrava possibilidade de conflito”. As declarações do general foram colhidas pela delegada da PF Denisse Dias, no âmbito do inquérito sobre milícias digitais, uma investigação do STF sobre possíveis “ações orquestradas” para promover desinformação e atacar adversários e instituições democráticas. De acordo com o jornal, o grupo extremista, intitulado “300 do Brasil”, participou de manifestações antidemocráticas em 2020. Em um dos atos, o presidente da República Jair Bolsonaro discursou a milhares de manifestantes em frente ao Quartel General do Exército, em Brasília, que clamavam por uma intervenção militar. O general negou, ainda, ter dado qualquer tipo de orientação ou apoio aos ataques feitos contra membros do STF em 2020. (O Estado de S. Paulo - Política - 12/02/22)

2- Lançado livro sobre músicas censuradas na ditadura militar

Uma reportagem no jornal *O Estado de S. Paulo* contou sobre o livro “Mordaça: Histórias De Música E Censura Em Tempos Autoritários”, de autoria dos jornalistas João Pimentel e Zé McGill. A obra trata da repressão que grandes figuras artísticas do período da ditadura militar (1964-1985) sofreram em suas composições. Os autores entrevistaram as principais vítimas da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), principalmente após o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que endureceu o regime. Nomes como Chico Buarque, Gilberto Gil, Caetano Veloso, Paulinho da Viola, Marcos Valle, Geraldo Azevedo, Jards Macalé, João Bosco, Jorge Mautner, Ivan Lins, Paulo César Pinheiro, Martinho da Vila, Eduardo Gudin, Joyce Moreno, entre outros, contaram suas experiências com o órgão repressor. O livro mostra que até uma letra errada, como a troca de A por Z, era motivo de indagação pelos censores, que viam ameaça ao regime em quase tudo. Os autores destacaram também que os censores não necessariamente eram pessoas qualificadas ao cargo, podendo ser esposas de militares ou até ex-jogadores de futebol. Além dos casos mais notáveis, como “Apesar de Você” ou “Cálice”, de Gil e Chico, ou “O Mestre Sala do Mares”, de Bosco e Aldir Blanc, a obra ainda explorou casos menos conhecidos, como “Canção da Despedida”, de Geraldo Azevedo e Geraldo Vandré, e “Sagarana”, de Paulo César Pinheiro, inspirado na obra de Guimarães Rosa, na qual os censores suspeitavam haver um “código secreto”. O periódico relatou que a censura não acabava em questões políticas, mas a moral e os bons costumes também eram supervisionados no período. Gilberto Gil comentou sobre isso: “O comum entre a prisão de 1968 e a de 1976 é a tentativa de censura no sentido mais amplo. A primeira, política, a segunda, mais moralista. É aquilo que falo sobre o conservadorismo. São eles tentando, insistentemente, resistir ao deslocamento”. Segundo o jornal, os autores não conversaram com nenhum antigo censor, pois a maioria possui idade avançada ou já faleceu. (*O Estado de S. Paulo - Cultura e Comportamento - 12/02/22*)

3- Bolsonaro envolveu cúpula militar em ataques às urnas eletrônicas

Em coluna opinativa ao periódico *Folha de S. Paulo*, o jornalista e mestre em ciência política Bruno Boghossian afirmou que o presidente da República, Jair Bolsonaro, envolveu o Exército em seus ataques contra o processo eleitoral. De acordo com o colunista, uma reportagem da revista *Veja* revelou que a cúpula militar elaborou, para Bolsonaro, uma análise do sistema de votação na qual as “falsas suspeitas de fraude” por parte do presidente em relação às urnas eletrônicas eram justificadas. A pauta das urnas estaria sob o comando do atual ministro da Defesa, general Walter Braga Netto, possível vice na chapa de Jair Bolsonaro à reeleição. Para Boghossian, “a investida renovada” contra o processo eleitoral junto às Forças Armadas, além de tumultuar a votação, também revela o temor do presidente em perder as eleições presidenciais já no primeiro turno. Segundo editorial do jornal *Folha de S. Paulo*, em uma transmissão ao vivo pela internet, Bolsonaro alegou que foram detectadas vulnerabilidades nas urnas eletrônicas no final de 2021 pelos militares, que apresentaram questionamentos ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Durante a transmissão, o presidente lembrou que é o comandante chefe das Forças Armadas, insinuando que suas acusações não receberam a devida atenção do Tribunal, e mencionou que mandou Braga Netto cobrar explicações. Após as

acusações, o TSE, segundo o periódico, disse ter recebido um pedido de informações técnicas por parte do general Heber Garcia Portella, responsável pela área de defesa cibernética do Exército e membro da Comissão de Transparência das Eleições, órgão da corte formado por especialistas para reforçar a fiscalização do processo eleitoral, mas que este não apontou nenhuma falha. Além disso, o TSE esclareceu que uma resposta ainda não havia sido elaborada por conta “do recesso de fim de ano e da complexidade das questões”. De acordo com os periódicos *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo*, o Tribunal divulgou, no dia 16/02/22, o conteúdo das perguntas feitas pelas Forças Armadas à Corte sobre o processo eleitoral e as urnas eletrônicas, com as respectivas respostas. Conforme colocado pelas reportagens, o objetivo da publicação seria o de enfraquecer a narrativa, corroborada por Bolsonaro, de que os militares são os garantidores da lisura do pleito de outubro. O jornalista Bruno Boghossian, em mais uma coluna à *Folha de S. Paulo*, reafirmou a intenção de Bolsonaro de tumultuar as eleições, encontrando uma brecha no convite aos militares para integrar a Comissão de Transparência. Segundo o jornalista, o presidente insinuou que as eleições só poderiam ser consideradas limpas com a aprovação das Forças Armadas, mas alguns deles trabalham com o presidente justamente para lançar dúvidas sobre o processo. Já o ministro Luiz Edson Fachin, que tem posse prevista na presidência do TSE para a noite de 22/02/2022, em entrevista para a *Folha de S. Paulo*, afirmou manter “uma mão estendida” para o presidente Jair Bolsonaro, mas que o tribunal não vai “tolerar os intolerantes” que insinuam fraudes nas urnas eletrônicas. Ele ainda lamentou que, por motivos de saúde, o general e ex-ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, não vá assumir o cargo de diretor-geral do TSE. Fachin relembrou que o general fez elogios à estrutura do tribunal e à segurança das urnas eletrônicas, e afirmou que sua ausência não vai prejudicar o diálogo entre o TSE e as Forças Armadas, elogiando também o setor de segurança cibernética do Exército. Por sua vez, em sua última entrevista à frente da presidência do TSE, o ministro Luís Roberto Barroso defendeu, segundo *O Estado de S. Paulo*, que a participação das Forças Armadas na Comissão de Transparência das Eleições é para proteger a democracia, “não um presidente que quer atacá-la”. (*Correio Braziliense* - Política - 17/02/22; *Folha de S. Paulo* - Opinião - 13/02/22; *Folha de S. Paulo* - Opinião - 15/02/22; *Folha de S. Paulo* - Opinião - 18/02/22; *Folha de S. Paulo* - Política - 18/02/22; *O Estado de S. Paulo* - Política - 17/02/22; *O Estado de S. Paulo* - Política - 18/02/22)

4- Sargento da Aeronáutica foi condenado por tráfico internacional de drogas
Segundo reportagens dos periódicos *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, a Justiça Militar da União condenou por unanimidade o segundo-sargento da Força Aérea Brasileira (FAB) Manoel da Silva Rodrigues a 14 anos e 6 meses de prisão, além de multa pelo crime de tráfico internacional de drogas. O julgamento teve início no dia 15/02/22 por videoconferência, realizado na 11ª Circunscrição Judiciária Militar, em Brasília, integrada pelos componentes do Conselho Permanente de Justiça. A corte foi presidida pelo juiz federal da Justiça Militar Frederico Magno de Melo Veras, além de três capitães e um coronel da Aeronáutica, definidos por sorteio. O sargento foi detido em junho de 2019 com 39 quilos de cocaína em um dos aviões da Força Aérea Brasileira (FAB), responsável por apoiar a comitiva do presidente da República, Jair Bolsonaro,

em viagem para reuniões da cúpula do G20, no Japão. Segundo o jornal, a defesa do sargento pediu que, em caso de condenação, o tempo de prisão cumprido na Espanha seja considerado para abater da sentença, e que o acusado seja julgado pelo Código Penal Militar, devido à pena mais branda para tráfico internacional, até cinco anos, do que a Lei das Drogas, que prevê pena de até 15 anos. A expulsão do militar ainda depende de uma condenação definitiva, e o resultado do julgamento pode ser “objeto de recurso junto ao Superior Tribunal Militar (STM)”. Além disso, segundo investigações, Rodrigues embarcou cocaína em pelo menos sete viagens oficiais antes de ser preso na Espanha, e, de acordo com a Polícia Federal, as investigações apontam que pelo menos outros quatro militares da Aeronáutica também participavam do esquema de tráfico em missões oficiais nacionais e internacionais. Segundo o juiz, Rodrigues utilizou os conhecimentos de militar para se esquivar da fiscalização de suas bagagens, onde estava armazenada a droga. De acordo com os jornais, o advogado Thiago Diniz Seixas, tentou diminuir a pena, argumentando que Rodrigues não exportou drogas, apenas transportou e, por isso, não seria nada além de uma "mula do tráfico". (Correio Braziliense - Brasil - 15/02/22; Correio Braziliense - Política - 16/02/22; Folha de S. Paulo - Cotidiano - 16/02/22)

5- Comandante da Marinha desistiu de integrar comitiva brasileira para Moscou
Em coluna opinativa para o jornal *Correio Braziliense*, o jornalista Luiz Carlos Azedo afirmou que o comandante da Marinha, almirante Almir Garnier Santos, não estava na comitiva do presidente da República Jair Bolsonaro que viajou no dia 14/02/2022 para Moscou, a convite do presidente russo Vladimir Putin. Segundo a coluna, o almirante testou positivo para a Covid-19, e era o único comandante das Forças Armadas confirmado na comitiva, que incluiu o ministro da Defesa, general Walter Braga Netto, e o secretário de Assuntos Estratégicos, almirante Flávio Rocha. De acordo com o colunista, a Defesa foi o assunto “cabeludo” da pauta de Bolsonaro e Putin, devido à historicamente limitada cooperação militar entre os dois países, decorrente da aliança do Brasil com os Estados Unidos. O jornalista citou como exemplos dessa limitação a decisão do comandante da Força Aérea, brigadeiro Carlos Almeida Batista, de rejeitar o sistema antiaéreo Pantsir-S1 oferecido pelos russos, alegando incompatibilidade conceitual, e o esfriamento do programa de compra iniciado em 2012 de 12 helicópteros de ataque Mi-35M. Entretanto, o colunista discorreu que outros interesses brasileiros poderiam levar a uma cooperação militar com a Rússia, como o programa do submarino nuclear (Prosub), e alegou que, nesse contexto, a desistência do comandante da Marinha “pode ter sido providencial”. (Correio Braziliense - Política - 15/02/22)

6- General abriu mão do cargo de diretor-geral do Tribunal Superior Eleitoral
Conforme veiculado pelo periódico *Correio Braziliense*, o ex-ministro da Defesa e general de Exército da reserva, Fernando Azevedo e Silva, desistiu de assumir o cargo de diretor-geral do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), alegando problemas de saúde e questões familiares. Contudo, de acordo com a reportagem, a recusa do cargo teria sido motivada pelo desconforto causado

pelos ataques do presidente da República, Jair Bolsonaro, à lisura do sistema eleitoral. (Correio Braziliense - Política - 17/02/22)

7- Atualização do Código Penal Militar foi aprovada na Câmara dos Deputados
Segundo o jornal *Correio Braziliense*, a Câmara dos Deputados aprovou em 17/02/22 um projeto de lei da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional que atualiza o Código Penal Militar (CPM) para compatibilizá-lo com o Código Penal comum e a Constituição Federal de 1988. O jornal destacou que uma das alterações propostas é a supressão do artigo 166 do CPM, que considera crime a publicação ou crítica pública e indevida a um ato de superior hierárquico. O texto vai agora ao Senado. (Correio Braziliense - Política - 18/02/22)

8- Estado de calamidade pública em Petrópolis levou governo a acionar o Exército

De acordo com a *Folha de S. Paulo*, o governo federal reconheceu estado de calamidade pública no município de Petrópolis, estado do Rio de Janeiro, que sofreu com inundações, enxurradas e deslizamentos após as fortes tempestades de 15/02/22, vitimando ao menos 113 pessoas. Além dos recursos da União, o Exército, por meio do Comando Conjunto Leste, passou a atuar no município para ajudar as vítimas. O periódico informou que o apoio começou a partir de 16/02/22, com emprego de tropas, viaturas e equipamentos. O Ministério da Defesa publicou no Diário Oficial da União de 17/02/22 uma portaria que determina o emprego temporário das Forças Armadas em ações de apoio à Defesa Civil, com acionamento das tropas da 4ª Brigada de Infantaria Leve de Montanha, sediada em Juiz de Fora, estado de Minas Gerais. O jornal noticiou ainda que o Comando Conjunto Leste afirmou em nota ter disponibilizado caminhões, ambulâncias e equipes de primeiros socorros, com condições para ampliar o apoio e auxiliar desabrigados. O jornalista Luiz Carlos Azedo, em coluna para o *Correio Braziliense*, relembrou que, na década de 1970, cobriu uma tragédia causada por deslizamento de encosta em Petrópolis. Na época, o periódico *Diário de Petrópolis* preparou uma série de reportagens sobre a especulação imobiliária e a ocupação irregular das encostas na cidade. Segundo o jornalista, a série teve ampla repercussão, mas provocou forte reação do mercado imobiliário e da extrema-direita locais, que acusaram o jornalista Diógenes Dagoberto Costa, ex-sargento da Aeronáutica expulso após o golpe militar de 1964, e o diretor do jornal, Paulo Antônio Carneiro, de serem comunistas. Após isso, segundo o colunista, oficiais do Batalhão de Caçadores do Exército atuaram para enquadrar os dois na Lei de Segurança Nacional e adotar censura prévia ao jornal. O colunista relacionou o poder local da especulação imobiliária ao aumento de escala das tragédias que se repetem em Petrópolis desde então, culminando nos deslizamentos de 15/02/22. (Folha de S. Paulo - Cotidiano - 18/02/22; Correio Braziliense - Política - 18/02/22).

9- Ministro da Defesa negou desgaste com a OTAN frente às negociações russas

De acordo com reportagem do jornal *Correio Braziliense*, o ministro da Defesa, general Walter Braga Netto, negou que as reuniões do governo brasileiro com a

Rússia irão desgastar o Brasil com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), liderada pelos Estados Unidos, em meio às recentes tensões internacionais. “Não atrapalha, são coisas distintas. Conversamos com todos os países do mundo. Continuamos parceiros da OTAN. Temos interesse também aqui, como todo país. O Brasil está aberto à negociação”, destacou o ministro. Segundo o *Correio*, o chefe da Defesa afirmou que a reunião se trata de uma “conversa” sobre “todas as áreas que envolvem transferência de tecnologia”. Braga Netto, no entanto, foi enfático ao dizer que não trataria da tensão com a Ucrânia durante seu encontro com o ministro russo. (Correio Braziliense - Política - 18/02/22)

10- TCU apontou fraude em licitações das Forças Armadas para produção de cloroquina

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, um documento do Tribunal de Contas da União (TCU) apontou indícios de fraude em licitações envolvendo laboratórios das Forças Armadas para compra de insumos para produção de cloroquina. O documento apontou que a fraude teria ocorrido em 26 licitações, entre 2018 e 2021. De acordo com a *Folha*, 15 dessas licitações, voltadas exclusivamente a empresas de pequeno porte ou microempresas, foram vencidas pela Sulminas Suplementos e Nutrição, que não se enquadra nessa condição. De acordo com a reportagem, essas 15 licitações foram feitas pelo Laboratório Químico Farmacêutico do Exército, pelo Laboratório Farmacêutico da Marinha e pelo Instituto de Tecnologia em Fármacos (Farmanguinhos) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), além de outra que envolve aquisições da Aeronáutica. O periódico informou que a Sulminas Suplementos, fornecedora de insumo para a cloroquina produzida pelo Exército e contratada também pela Marinha e o Farmanguinhos, recebeu R\$ 6,1 milhões da União desde 2019. A segunda empresa do grupo, Sul de Minas Ingredientes, contratada pelas mesmas instituições, recebeu R\$ 6,2 milhões do governo federal desde 2019. O jornal lembrou que, para atender a um pedido do presidente da República Jair Bolsonaro, o então ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, viabilizou um aumento da produção de cloroquina pelo Laboratório do Exército, com R\$ 1,1 milhão em recursos federais destravados a partir de março de 2020 para combater a Covid-19. A *Folha* informou que o Exército e a Marinha não responderam aos questionamentos. Em nota, a Aeronáutica declarou que o planejamento para compras de insumos ocorreu em 2019, antes da pandemia. (Folha de S. Paulo - Saúde - 18/02/22)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes

jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Supervisão

Heed Mariano Silva Pereira

Laura Meneghim Donadelli (bolsista CAPES- doutorado)

Leonardo Pontes Vinhó

Equipe redação UNESP/Franca

Alice Tomazzetti da Silveira

Gabriela Lopes Ferreira

Juliana Haniu

Leticia Beneves (bolsista CNPq)

Maria Júlia Barbosa Sena Nunes Scandiuzzi

Yuugo Gushiken

Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco

Beatriz Grasiano Campos

Davi Campos Matos

Débora Cruz Silva

Giovani Nunes de Aguiar

Giovanna Palas Soares Santos

Grazielly Dourado Santos

Rodrigo Freitas de Souza

Thalia Cristina Vieira Lima